
NOSSOS CORPOS, NOSSAS MEMÓRIAS: ESCRIVIVÊNCIA COMO ATO DE SUBVERSÃO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ E MARANHÃO

NUESTROS CUERPOS, NUESTRAS MEMORIAS: LA ESCRIVIVÊNCIA COMO ACTO DE SUBVERSIÓN DE MUJERES NEGRAS DE AMAPÁ Y MARANHÃO

OUR BODIES, OUR MEMORIES: BLACK WOMEN'S ESCRIVIVÊNCIA AS AN ACT OF SUBVERSION IN AMAPÁ AND MARANHÃO

Mayara Feitosa Teodoro¹

<https://orcid.org/0009-0008-8245-2145>
<http://lattes.cnpq.br/2916252692907594>

Polyana Almeida Frota Lima²

<https://orcid.org/0000-0002-9966-4661>
<http://lattes.cnpq.br/1750436337105968>

RESUMO: Neste artigo, exploramos nossas trajetórias, de Mayara, amapaense, e Polyana, maranhense, a partir do conceito de *escrevivência*. Enquanto autoras, mulheres negras e migrantes, narramos vivências de infância na roça e nas periferias, a violência do racismo e a centralidade do trabalho de cuidado não remunerado em nossas vidas e famílias. No texto, resgatamos memórias de nossas jornadas até a universidade, onde foi possível identificar desafios comuns e como a educação se tornou um espaço de resistência e transformação. Ao compartilhar nossas histórias, denunciamos as estruturas de opressão colonial e a invisibilidade de nossos corpos e saberes, reafirmando a escrita como um ato político de afirmação e luta.

Palavras-chave: Escrivivência, Mulheres negras, Resistência.

RESUMEN: En este artículo, exploramos nuestras trayectorias, las de Mayara, de Amapá, y Polyana, de Maranhão, a partir del concepto de *escrevivência*. Como autoras, mujeres negras y migrantes, narramos vivencias de la infancia en zonas rurales y en las periferias, la violencia del racismo y la centralidad del trabajo de cuidado no remunerado en nuestras vidas y familias. En el texto, rescatamos recuerdos de nuestros recorridos hasta la universidad, donde fue posible identificar desafíos comunes y cómo la educación se convirtió en un espacio de

¹ Doutoranda e Mestra em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Antropologias do Trabalho, Memórias, Cidades e Interseccionalidades (GATI/PPGSA/UFPA). Email: mayara.teodoro@ifch.ufpa.br.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), membra do grupo de pesquisa MENS MEMINÍ-Religião Memórias e Trajetórias ligado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: polyanafrota@gmail.com.

resistencia y transformación. Al compartir nuestras historias, denunciamos las estructuras de opresión colonial y la invisibilidad de nuestros cuerpos y saberes, reafirmando la escritura como un acto político de afirmación y lucha.

Palabras clave: Escrivivência, Mujeres negras, Resistência.

ABSTRACT: In this article, we explore our trajectories—Mayara's, from Amapá, and Polyana's, from Maranhão—based on the concept of *escrevivência*. As authors, Black women, and migrants, we narrate our childhood experiences in rural areas and peripheries, the violence of racism, and the centrality of unpaid care work in our lives and families. In this text, we retrieve memories of our journeys to the university, where we identified common challenges and how education became a space for resistance and transformation. By sharing our stories, we denounce the structures of colonial oppression and the invisibility of our bodies and knowledge, reaffirming writing as a political act of affirmation and struggle.

Keywords: *Escrivivência*, Black women, Resistance.

Keywords: motherhood in graduate school; confrontation; gender issues; mental health.

1. INTRODUÇÃO

Conceição Evaristo (2017) cunha o termo *escrevivência* para definir uma prática de escrita particular das mulheres negras. Ao conceituar a palavra, a autora remonta à imagem da “Mãe Preta” na casa-grande. Essa mulher, escravizada, tinha como uma de suas tarefas a obrigação de “contar histórias para adormecer os da casa-grande” (Evaristo, 2017, p. 110). Para a autora, essa imagem representa a opressão histórica sobre o corpo e a voz das mulheres negras, cuja oralidade era apropriada e direcionada para servir aos interesses dos opressores. Essa ideia dialoga com a análise de Grada Kilomba (2019) em *Memórias da Plantação*, que expõe a “máscara do silenciamento” usada por pessoas negras escravizadas. Ao mostrar como o colonialismo e seus regimes brutais de dominação impuseram políticas sádicas de silenciamento, Kilomba (2019) reforça o contexto no qual a voz das mulheres negras era subjugada.

A *escrevivência* surge, então, como um ato de subversão e apropriação, contra o colonial. Se, no passado, a voz das mulheres escravizadas não lhes pertencia, hoje, a escrita é resgatada e utilizada como uma ferramenta de agenciamento e resistência. Conceição Evaristo

(2017, p. 111) afirma que a escrevivência “não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. A partir dessa subversão, a escrita em primeira pessoa nos permite contar a história de corpos que, outrora, estavam escondidos ou seguindo o rumo de uma história inventada. Neste texto, a partir da perspectiva de bell hooks, colocamo-nos, assim, como *sujeitas* que têm o direito de definir suas próprias histórias, não como *objetos* cuja realidade é definida por outros (Kilomba, 2019). Não somos as “Outras”, mas nós mesmas; a escrita emerge para nós como um ato político e de tornar-se.

É a escrita que dá corpo às nossas vivências e às nossas memórias de mulheres negras. É uma forma de escrever a partir da própria experiência, o que traz à tona a condição de ser “brasileiro de origem africana, uma nacionalidade hifenizada” (Evaristo, 2017, p. 111), e da constatação de Lélia Gonzalez ao referir que o Brasil possui uma África presente em seu cotidiano. A partir do conceito “Amefricanidade”, Lélia Gonzalez, inaugura uma identidade política que transcende fronteiras nacionais, pois valoriza as contribuições dos Povos Originários e da diáspora africana nas Américas como elementos constitutivos da nossa identidade, um dos exemplos é a existência do **pretuguês**. A escrevivência é, portanto, *Sankofa*, a escrita que retorna a nossa ancestralidade, que se conecta tanto com os povos africanos quanto com a diáspora, e que resgata e dá visibilidade a histórias que foram sistematicamente apagadas.

Neste ensaio, nós escrevemos com o corpo, com a memória e com a lágrima. Escrevemos e acionamos lembranças dos sons da sanfona do forró do interior do Maranhão e com o som da catraia cruzando o rio Oiapoque. Somos duas mulheres negras, Pollyana e Mayara, uma maranhense e outra amapaense, e neste ensaio, decidimos romper o silêncio imposto pela história oficial para narrar nossas próprias versões, nossos próprios caminhos.

Este texto é feito de escrevivências, no sentido cunhado por Conceição Evaristo, pois nele a nossa vida é a matéria-prima da escrita. Aqui, o que se lê não é ficção, nem mero relato autobiográfico, mas um grito político, um gesto de memória, um exercício de libertação. Ao contar nossas histórias, contamos também as histórias de tantas outras mulheres que, como nós, carregam o peso da exclusão, mas também a força da ancestralidade.

Nosso objetivo é lançar luz sobre as experiências e resistências vividas por nós, duas mulheres negras, de família do interior com poucos recursos, mães, estudantes, migrantes e trabalhadoras do cuidado, desde a infância até a vida universitária. Queremos, com esse

escrito, mostrar que nossas trajetórias não são desvios, mas expressões legítimas de outras formas de existir, aprender e sobreviver no mundo. Percorremos, ao longo do texto, as marcas da infância, o aprendizado no roçado e na escola rural, as dificuldades do trabalho doméstico não remunerado, os limites da maternidade imposta e da violência institucional, até a chegada à universidade. Com isso, pretendemos afirmar nossas experiências como conhecimento e disputar os sentidos da história a partir do que somos: corpos que resistem, cuidam, pensam e escrevem.

O artigo está estruturado como um ensaio-narrativa que utiliza o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo. Na introdução, apresentamos o conceito e seu contexto histórico, nos posicionando, enquanto escritoras, em um ato político de subversão. Em seguida, dividimos o texto em duas partes principais, cada uma dedicada às nossas trajetórias, narradas em primeira pessoa. Na primeira seção, apresentamos a trajetória de Mayara e, na segunda, a de Polyana, no qual, descrevemos nossas experiências na infância, no trabalho de cuidado e na luta por um lugar na universidade. Nas considerações finais, retomamos alguns conceitos teóricos e articulamos com nossas narrativas pessoais com a crítica à colonialidade, ao racismo e à invisibilidade do trabalho de cuidado, além disso, reafirmamos a escrita como um instrumento de denúncia e resistência.

2. Escrevivências de um corpo amapaense que resiste: memória, cuidado e universidade

Quando falamos de nossas vivências, também falamos do nosso território e do lugar que nos criou, pois é ali que nossa cosmovisão se forma. Minha história começa em Oiapoque, no extremo norte do Brasil, uma cidade amazônica que faz fronteira com a cidade-irmã de Saint-Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa. Conhecida como um ponto estratégico à beira do Rio Oiapoque, a cidade é a “porta de entrada e saída” de migrantes e imigrantes. Mas Oiapoque é mais do que a porta para a França e o Caribe; é também um ponto de forte migração de pessoas de diversas partes do Brasil, que buscam os garimpos nômades e ilegais na floresta.

Eu, Mayara, sou filha de Oiapoque e do encontro de dois migrantes: minha mãe, de Calçoene/Amapá, e meu pai biológico, de Santana/Amapá. Minha mãe seguiu o caminho de

sua família, um movimento migratório iniciado pela minha bisavó materna, que se estabeleceu em Saint-Georges, e minha avó materna, que ficou em Oiapoque. Ambas deixaram Calçoene em busca de melhores condições de vida.

Minha mãe tinha cerca de oito anos quando se separou do meu avô e ficou sob a tutela da família paterna. Enviada para Macapá para cursar o ensino médio, ela morou primeiro com parentes e depois foi colocada para trabalhar como babá. Foi nesse período que ela foi vítima de violência sexual, engravidou da primeira filha e teve que abandonar os estudos no segundo ano. A gravidez a impediu de voltar para a família paterna em Calçoene, fazendo-a retornar à família materna em Oiapoque. Por conta de todas essas experiências, minha avó e minha mãe sempre me ensinaram a entrar nos lugares sem tocar em nada, sem falar, a não incomodar. Era como se a vida delas tivesse sido vivida sempre a serviço da vida dos outros.

2.1 Infância e trabalho: Oiapoque

Até os meus nove anos, minha mãe quase não estava em Oiapoque. Sem muitas alternativas de estudo, ela escolheu ir para “o outro lado”³ por influência do meu pai de criação. Fui criada pela minha avó materna e pela minha mãe, em uma casa localizada no primeiro quarteirão da cidade. Tenho lembranças de tomar banho no Rio Oiapoque logo cedo, antes de ir para a escola. Morávamos em um grande quintal com um enorme jambeiro, onde havia duas casas: uma sobre estacas e outra de madeira com alicerce de tijolo.

Minha avó criou 11 filhos, além de outras crianças que adotou com o tempo. Nossa família vivia da agricultura familiar. Lembro de ir com ela para a roça, colher frutos e plantar mandioca e macaxeira para fazer farinha, beiju, tucupi e tapioca. Minha história também começa nas beiras do Rio Pantanarry, onde tenho memórias de banhos, trabalho colaborativo e o respeito pelos “donos da mata e das águas”. Quando não estava na roça, minha avó trabalhava como diarista, lavadeira e cuidadora de crianças e grávidas, usando conhecimentos passados pelas mulheres mais velhas da família.

Ainda não consegui montar o quebra-cabeça da história do meu pai biológico, mas sei que ele era um desses viajantes que atravessavam o rio em busca de euros e ouro. Em dois

³ Outro lado do rio Oiapoque, é território da Guyana Francesa, portanto, “outro lado” é uma categoria êmica usada para se referir ao território francês, seja a vila de São Jorge como os garimpos nômades e ilegais existentes.

anos, ele e minha mãe tiveram duas filhas: eu, em abril de 1991, e Nathallya, em junho de 1992. Mas, como um homem de passagem, ele não permaneceu. Aos 22 anos, minha mãe já tinha três filhas. No mesmo ano de 1992, ela conheceu um garimpeiro, um migrante de uma família cearense que se mudava para o Pará e o Amapá. Ele era analfabeto, e sua prima era dona de um dos “puteiros” que ficava na mesma rua da casa da minha avó. Esse garimpeiro se tornaria meu pai de criação.

Minha mãe morava de favor na casa da minha avó, que era dividida em quartos para os filhos. Ela conta que, por não ter terminado o magistério, tinha dificuldades em conseguir empregos, ainda mais com minha irmã sendo muito chorona. Lembro que nossas refeições vinham da roça: macaxeira, açaí, porco, peixe, galinha, manga, jambo e outros alimentos. Mesmo com tamanha diversidade, a fartura nem sempre era garantida para todas as bocas que ali se alimentavam.

Entre 1990 e 1998, minha mãe fez várias viagens de Oiapoque para o lado guianês e para as áreas de garimpo. Ela viajava em canoas de madeira, com o único objetivo de “melhorar de vida”, ou seja, juntar dinheiro para comprar uma casa. Em 1996, ela teve o primeiro filho com meu pai de criação e, em 1997, engravidou novamente. No entanto, por causa dos mosquitos, minha mãe contraiu malária mais de três vezes, o que a fez parar de viajar para as áreas de garimpo.

Por volta de 1999, minha mãe e meu pai de criação compraram a casa. Era uma casa simples de madeira, com pátio, sala, dois quartos e uma cozinha com piso de terra batida em parte. Moramos no bairro do Planalto dos meus 10 aos 16 anos. Apesar da simplicidade, o terreno era grande e tinha diversas árvores frutíferas: graviola, caju, goiaba, jaca, laranja, limão, cupuaçu e jambo. Meu padrasto continuou nas viagens para o garimpo. Naquela época, a comunicação era limitada à rádio, e meu pai de criação raramente enviava dinheiro para a casa. Cabia à minha mãe ir atrás do nosso sustento. Lembro-me de períodos de fartura seguidos de tempos de falta de comida. Quando meu pai voltava do garimpo, ele comprava mantimentos, mas quando partia de novo, tínhamos que nos virar. Se não havia café e açúcar, tomávamos chá de canela ou capim-santo. O famoso *chibé* ou mingau de farinha nunca nos faltou; minha mãe era criativa para driblar a fome. Quando trabalhava como diarista, ela trazia a comida que lhe davam e dividia com os filhos, muitas vezes deixando de comer para que pudéssemos nos alimentar.

Minha avó vendia batatas fritas em um carrinho na orla. Minha mãe a ajudava em datas como o Carnaval, e logo depois, uma vizinha a convidou a vender café na orla, ao lado do seu carrinho de lanches. A orla de Oiapoque é um ponto movimentado por migrantes, garimpeiros e pessoas que atravessavam o rio para trabalhar ou estudar. Assim, minha mãe começou a vender café. Com o tempo, ela conseguiu construir um pequeno restaurante, que se tornou nossa principal fonte de renda, até a prefeitura proibir construções no local. Minha mãe acordava por volta das 4h da manhã e ia de bicicleta cargueira para a orla, levando garrafas de café, pão e copos para atender seu principal público: as pessoas que atravessavam o rio para a Guiana Francesa.

Eu estudei o pré-escolar no que chamavam de “Promoção”, uma escola de educação infantil que ficava no prédio do Corpo de Bombeiros da cidade. Minhas idas à escola nunca foram sozinhas, pois tinha tias e primos de faixa etária próxima. Quem nos levava era meu tio Naldo. Não me lembro de minha mãe me levando à escola, pois eram os períodos em que ela viajava com frequência ou trabalhava em outro lugar.

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental (antigas 1ª a 4ª série), estudei na Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva, que fica no centro, no mesmo quarteirão onde minha mãe vendia café da manhã e, depois, almoço. Por eu acompanhá-la de madrugada para a orla, que era perto da escola, minhas atividades de casa muitas vezes ficavam sujas ou amassadas. Lembro que meu 4º ano foi marcado por isso; a professora sempre me chamava a atenção e pedia para que eu zelasse melhor pelas minhas atividades. Como a escola ficava a um quarteirão da casa da minha avó, voltávamos sozinhas para casa. Em alguns momentos, precisávamos fugir de algumas meninas que tentavam nos agredir.

Aos 11 anos, comecei a estudar na única escola que oferecia o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, a Escola Estadual Joaquim Nabuco. O Ensino Fundamental foi regular, mas o primeiro ano do Ensino Médio foi totalmente modular, no horário noturno. A escola é um lugar que nos prepara para a vida, e minha experiência no Joaquim Nabuco, junto com os dogmas da igreja evangélica que eu seguia, embranqueceram meu pensamento de duas formas: as teorias e epistemologias que me eram ensinadas eram brancas, e fui vítima de racismo por colegas que sugeriam que eu deveria pentear meu cabelo ou usavam termos agressivos como “cabelo de bruxa”, “cabelo de bombril” e “cabelo pixaim”. Para mim, o que era belo não era o que via no espelho, mas o que me era apresentado como beleza: “a menina

que era considerada mais bonita”, as representações de beleza na TV, que não se pareciam comigo.

Por ter acompanhado e vivenciado o desespero de minha mãe quando ela tentava explicar que não havia comida para meus irmãos, e por tê-la acompanhado em alguns de seus locais de trabalho, tive de criar um senso de responsabilidade muito cedo. Aos 13 anos, comecei a trabalhar como babá e, no mesmo período, fazia entregas de perfumes na casa de parentes em Oiapoque. Aos 15, administrei uma banca de venda de verduras, frutas, farinha e condimentos na Feira do Agricultor. Aos 16, trabalhei em uma hortifrúti.

No segundo ano do Ensino Médio, tive contato com a disciplina de Psicologia, e a professora nos orientou a fazer projetos sociais. Nosso grupo desenvolveu o projeto “Idoso: hoje eles, amanhã nós”, e a partir dele, comecei a fazer algo que já fazia: visitar idosos que viviam sozinhos. Foi essa experiência que despertou meu interesse em saber como poderia ter aquela profissão e cuidar dos idosos. A professora falou sobre o Ensino Superior e a importância de continuar os estudos, mas na época, o polo da universidade federal era destinado apenas a professores já atuantes. Assim, eu teria que fazer o vestibular na capital, Macapá.

2.2 A chegada em Macapá

Antes de completar 17 anos e começar o último ano do Ensino Médio em Oiapoque, minha mãe viajou para Alenquer, no Pará, para conhecer a família do meu pai biológico. Ela se encantou com os preços mais acessíveis e viu a possibilidade de melhorar de vida ao mudar de cidade. Oiapoque sempre foi uma cidade cara, devido ao difícil acesso pela BR-156, à existência dos garimpos e à circulação do euro.

Por conta da decisão de minha mãe, nos mudamos para Alenquer, uma cidade no oeste do Pará, a quatro horas de Santarém. Entre 2009 e 2011, cursei até o quarto semestre de Pedagogia em uma faculdade. Depois de descobrir que a faculdade não era reconhecida pelo MEC, vi na televisão uma propaganda sobre bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni). Fiz minha inscrição e fui aprovada com uma bolsa de 50% no curso de Psicologia. Embora meu pai biológico morasse em Macapá, não consegui ajuda dele. Minha mãe, então, entrou em contato com uma conhecida, e eu fui morar lá em troca de cuidar da casa.

Ao chegar em Macapá, fui acolhida por um casal de aposentados e sua filha. A experiência de morar e trabalhar em casas de família era, de certa forma, familiar em meu universo social. Desde a infância, eu via e ouvia as narrativas de mulheres da minha família, marcadas pelo cansaço e pela exploração inerentes ao trabalho doméstico.

Entre 2011 e 2013, minha rotina foi intensa. Eu acordava cedo para comprar o pão, limpar a casa, estudava à tarde e, para ter uma renda, fazia artesanato. Ao mesmo tempo, não tinha o livre-arbítrio de ir e vir, uma vez que estava em uma cidade que não conhecia. Em dezembro de 2012, para sair daquela situação, participei de um processo seletivo para o cargo de serviços gerais. Fui aprovada em quarto lugar e, em março de 2013, comecei a trabalhar. Tive que tomar uma decisão: tranquei o curso de Psicologia com a esperança de voltar a estudar no semestre seguinte, no período noturno.

Naquela época, reencontrei meu melhor amigo do segundo ano do Ensino Médio. Compartilhei minha história com ele, e ele me convidou para morar em um dos três quartos vazios de sua casa. Não precisaria pagar aluguel, mas em troca, deveria manter a casa limpa e contribuir com a alimentação. Ele morava com as duas irmãs na casa da avó, que morava em outra cidade. A casa era um ponto de apoio constante para familiares do interior do Amapá que precisavam de consultas médicas, documentos ou outras necessidades na capital.

2.3 A universidade e a maternidade

Nos envolvemos romanticamente. Em junho de 2013, minha menstruação atrasou e um teste de gravidez confirmou: eu estava grávida. O trabalho no SESC/AP era pesado; eu precisava limpar 13 salas por dia, incluindo a biblioteca, a lanchonete, o teatro, salas de dança e música, o cinema, o auditório, a galeria de artes e a área em frente ao espaço cultural. Em julho de 2013, no terceiro mês de experiência, após descobrirem minha gravidez, fui demitida. Mesmo estando grávida e implorando para permanecer no emprego, ouvi do meu gerente que eu “era boa demais” para um cargo tão baixo, por causa da minha escolaridade. Não houve acordo. Fui demitida grávida.

Eu não tinha mais emprego, nem moradia, e ainda estava grávida. Voltar para a casa da minha mãe não era uma opção; representava um fracasso, a ida para um caminho do qual eu fugi a vida inteira: engravidar sem formação profissional e sem emprego. Tentei procurar

novas oportunidades, mas poucas empresas aceitavam mulheres grávidas ou mães. Cheguei a trabalhar em uma lanchonete usando roupas largas para esconder a gravidez, já que o anúncio não aceitava mães nem mulheres casadas. Assim que desconfiaram da minha condição, não me convidaram mais para trabalhar. Foi então que passei a me dedicar exclusivamente aos cuidados da segunda casa, que, apesar de não ser minha, era a casa da família do pai do meu filho.

Por não ter um emprego fixo, eu era alvo de comentários que envolviam a gravidez e o fato de não termos um relacionamento assumido. Eu me sentia em uma posição inferior. Eu não era esposa nem namorada, apenas alguém que foi morar de favor e que ficou grávida. As irmãs dele, e talvez a mãe, me viam como alguém que estava tentando dar o “golpe da barriga”. Contudo, minha gravidez aconteceu por falta de camisinha e, principalmente, por falta de educação sexual. Por ter crescido em um ambiente evangélico pentecostal, eu acreditava na campanha “Escolhi esperar”, que difundia a ideia de “amor eterno”, logo, as relações sexuais seriam somente com uma única pessoa, principalmente após o casamento.

Ele também era evangélico, e frequentamos a igreja juntos até sabermos da gravidez. Depois que minha barriga começou a aparecer, eu fazia tudo sozinha: ia à igreja, a festas de aniversário, e ao pré-natal. Na época, não vi problema nisso, mas após o nascimento do meu filho, quando ele tinha cerca de seis meses, me incomodou saber que o apelido carinhoso que os parentes brincalhões davam ao bebê era “amiguinho”. O apelido era uma referência ao fato de Daniel negar nosso relacionamento à família, dizendo que eu era apenas uma amiga. Sendo eu apenas uma amiga, o fruto do nosso relacionamento era o “amiguinho”.

Entre 2013 e 2016, morei na casa da avó do pai do meu filho. Eu cuidava da casa e, ao mesmo tempo, tentei voltar a estudar. Em 2013, comecei o curso Técnico em Análises Clínicas em uma escola técnica de Macapá. Mais tarde, após o nascimento do meu filho, fui aprovada em Pedagogia, na Universidade Estadual do Amapá (UEAP). No entanto, precisei desistir de ambos os cursos em 2014. Para estudar, eu precisava levar meu filho para a universidade, e, na época, os professores ainda eram bastante resistentes à ideia de ter uma criança em sala de aula.

Em 2015, fiz o Exame Nacional do Ensino Médio, e no ano seguinte, aos 25 anos, ingressei no curso de Ciências Sociais por meio do sistema de cotas, em uma chamada pública para vagas remanescentes. Ser aprovada em um curso de humanas gerou vários comentários

dentro de casa. A principal preocupação era quem cuidaria do meu filho, que tinha dois anos. Apesar dos comentários, não dei atenção e me mantive firme na ideia de voltar a estudar. Eu não tinha ajuda financeira para ir à universidade, mas sofri diversas ameaças por estar estudando, incluindo a possibilidade de separação e a ameaça de que meu filho seria tirado de mim.

2.4 Violência, resiliência e a luta por um lugar

No dia 11 de novembro de 2016, na transição entre o primeiro e o segundo semestre da graduação, fui vítima de violência doméstica. Por volta das 6h30 da manhã, quando entrei no banheiro para me arrumar para uma programação na universidade, o pai do meu filho me questionou sobre o motivo de eu querer ir tão cedo, já que minha aula era à tarde. Expliquei a razão, mas ele insistiu que eu deveria ficar em casa para cuidar do nosso filho. Bati o pé e disse que iria de qualquer maneira.

Foi quando ele me tirou à força do banheiro, me levou à força para o segundo andar da casa pela escada e me trancou em um dos quartos vazios. Fui agredida verbalmente e tive o braço puxado algumas vezes. Ele não me permitia sair, mesmo depois que nosso filho acordou e havia o risco dele cair da escada, pois entre os dois quartos, havia a escada que dava acesso ao térreo da casa. Não adiantou gritar por ajuda ou pedir para chamarem a polícia; nenhum vizinho me socorreu, nem mesmo aquelas que moravam ao lado e tinham fama de fofoqueiras.

Naquela época, eu pesava cerca de 41 quilos, e por um milagre, consegui passar pela porta, que abriu um espaço quando a empurrei com força na direção contrária de sua abertura. Corri, peguei meu filho no colo, desci a escada e fui para o pátio, na frente da casa. Foi quando Daniel desceu e fechou o portão principal, dizendo: “Aqui você não entra mais!”. Eu estava descalça, de roupa de dormir, sem meus documentos e com meu filho no colo. A atitude dele, aliada ao fato de eu não ter família que me acolhesse em Macapá, me impulsionou a aceitar sua proposta: eu deveria escolher entre ele e o nosso relacionamento.

Eu poderia ter escolhido ficar, mas naquela manhã, principalmente após o apoio da mãe, tia e prima do pai do meu filho, escolhi fazer a denúncia na Delegacia das Mulheres. Fui impedida de retornar ao meu lar e, por isso, fui abrigada por Alzira Nogueira, pois, mais uma

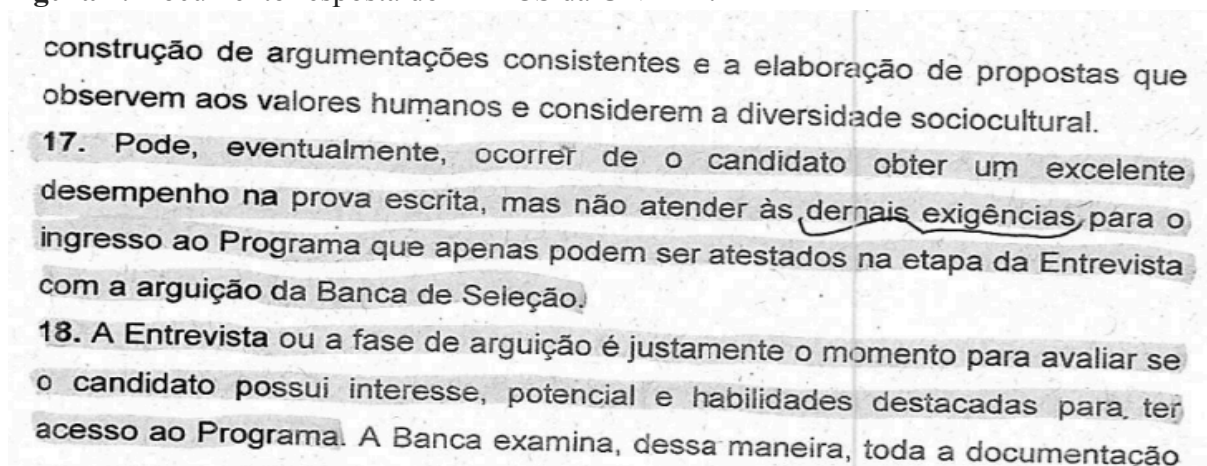
vez, solicitei a ajuda com moradia para o meu pai biológico, que recusou. Devido ao meu estado emocional fragilizado e à necessidade de cuidar do meu filho de dois anos, passei a levá-lo comigo para a universidade.

A audiência de conciliação foi marcada para 14 de novembro, o mesmo dia da prova de redação para a seleção do PET Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá. Antes do ocorrido, meu filho ficava com uma babá, mas após o meu afastamento do bairro, tive que levá-lo para a universidade durante a semana. No dia 14 de novembro, levei meu filho para a universidade. Ele ficou com um amigo enquanto eu fazia a prova de redação, que começou por volta das 8h40. Apesar de estar fragilizada emocionalmente e ainda sentir dores pelo corpo, finalizei e entreguei a redação, pois às 11h precisaria estar no Fórum para a audiência. O resultado da prova de redação saiu no mesmo dia, e obtive a nota 9.0.

A última fase da seleção foi em 16 de novembro e começou por volta das 9h. Eu fui a última a ser chamada para a entrevista. Meu filho não entrou na sala, pois ficou na companhia de um colega que também participava do processo. Pude notar que a entrevista seguia um roteiro, com cerca de dez a doze perguntas. Duas delas ficaram fixas na memória e foram difíceis de explicar: uma sobre o local onde eu morava e outra sobre com quem meu filho ficava quando eu vinha estudar. Tentei explicar minha situação e mostrar que o acompanhamento do meu filho na universidade era algo provisório e que as soluções estavam se encaminhando.

O resultado do Processo Seletivo do PET Ciências Sociais foi divulgado em 18 de novembro de 2016. O documento anexo mostra que fui considerada "inapta", com apenas 1.0 ponto de 10.0 na entrevista. O documento não revelava os motivos da minha inaptidão, o que gerou várias perguntas: Seria o fato de eu ser mãe? Ou o fato de não ter residência fixa e usar transporte coletivo? Ou de não me encaixar no perfil de petiano? Qual é, afinal, o perfil de um petiano?

A falta de clareza nos motivos da reprovação na etapa da entrevista é notável, pois na primeira etapa eles apontavam os critérios para a inscrição indeferida:

Figura 1: Documento resposta do PET CS da UNIFAP.

Fonte: arquivo pessoal da autora, Teodoro, 2016.

Apesar de ter tirado uma boa nota na redação e de ter sido convidada por dois membros da banca para participar do processo seletivo, por ter o perfil para entrar no programa, no dia da entrevista, quando descobriram que eu era mãe, algumas questões surgiram. Uma delas estava relacionada às “demais exigências”, como aponta o documento da seleção. Segundo o edital, a entrevista era o momento para avaliar o candidato, mesmo que ele tivesse um bom desempenho na prova escrita. A banca decidiu, então, que eu não demonstrava “satisfatoriamente, atender ao perfil exigido pelo Programa”, e por isso, me considerou inapta.

Outro ponto que usaram como justificativa era a exigência de 20 horas semanais de dedicação exclusiva ao Programa. A maternidade, na visão deles, poderia me impedir de me dedicar integralmente. Essa dedução não foi expressa de forma clara, mas o edital afirmava, entre parênteses, que “o PET é um investimento acadêmico de longo prazo, não interessando ao Programa a permanência de integrante por tempo inferior ao referido”. Essas palavras me levaram a entender que duvidavam da minha capacidade de permanecer no curso. Para a banca, após a violência doméstica que sofri, eu não teria condições de continuar e, possivelmente, seria uma desistente.

Apesar de toda a situação, mantive-me firme em demonstrar que não desistiria do curso. Usei aquela experiência para me fortalecer, pois não imaginei que sofreria tantas violências no curso de Ciências Sociais. Aquela experiência me ensinou a ser muito corajosa para ocupar e resistir nesse espaço, ainda na metade do primeiro ano da graduação. Estar na universidade como mãe, ter estudado o Ensino Médio de forma modular e ter passado a vida

inteira sendo ridicularizada por causa dos trabalhos de cuidado que executava fragilizou minha autoestima. Eu sentia que deveria sempre estudar e me esforçar o dobro, pois meu nome era “doce na boca” de professores que tentavam dizer que eu não deveria estar ali. Não consegui ser bolsista do PET, nem mesmo a vaga de voluntária. Fui considerada inapta.

Apesar disso, minhas notas ao longo do curso demonstraram o contrário. No meu primeiro semestre, minhas notas foram excelentes e meu desempenho acadêmico nos semestres seguintes continuou com a mesma excelência (com exceção do último semestre do curso, no qual trabalhava como barista, nas noites e madrugadas de Macapá).

3. Escrevivências de uma mulher maranhense: a pedagogia do cipó, a roça e a universidade

Minha escrevivência se inicia na terra de onde venho. Nascida em uma família de pais separados em Imperatriz, Maranhão, aos seis anos, a separação dos meus pais marcou a primeira grande virada da minha vida e a do meu irmão. A casa de taipa e coberta de palha, com o bar do meu pai, são lembranças difusas, sobrepostas pela memória da violência que permeava a convivência familiar. O rompimento nos levou para o interior de Montes Altos, também no Maranhão, para a casa de nossos avós maternos, um refúgio que se tornaria o solo das minhas primeiras memórias mais vívidas.

A vida na roça com meus avós⁴, ambos semianalfabetos, foi um aprendizado de resistência e sabedoria ancestral. Minha avó, uma quebradeira de coco, me ensinou a lidar com um machado, um cacete e um cofo — instrumentos de poder que garantiam o sustento de seus doze filhos. Sua história de vida, marcada pela força e pelo sofrimento, me foi narrada pela minha mãe, tornando-se uma herança de resiliência. Meu avô, trabalhador rural, impunha a dura realidade da roça, onde todos os filhos, e nós também, precisávamos ajudar.

A casa de taipa e coberta de palha era nosso universo de escassez material, mas também de uma profunda conexão com a terra e com a cultura. Dormíamos em redes ou esteiras, e a água para beber e cozinhar era buscada na fonte, o “olho d'água”. Moravam conosco dois tios e duas tias, além de mim e meu irmão, e não tínhamos vizinhos por perto.

⁴ *In memoriam.*

Falo apenas dos meus avós maternos porque os paternos nunca tive a oportunidade de conhecer. Sobre eles, só sei o que meu pai costumava relatar, antes de adoecer de AVC. Ele dizia que seu pai era um “carrasco” com os filhos e que sua mãe morreu quando ele tinha apenas sete meses, sendo criado por uma irmã, que tinha entre sete e nove anos de idade.

Meus avós gostavam de dançar no forró do Chico do Fole. Ele tocava sanfona e os moradores da redondeza se reuniam para dançar. Lembro ainda hoje de músicas que tocavam por lá, como: “aí, eu vou embora, não sei se meu destino é feliz, não sei quando eu voltarei pra visitar essa grande Imperatriz”. Esse refrão tocava demais, e ainda consigo reproduzi-lo, como se ouvisse aquela sanfona.

Depois das festas, voltávamos com o dia quase amanhecendo, aconchegados nos braços dos meus avós. Acredito que essa era a única maneira de o povo esquecer um pouco aquela vida sofrida e renovar as forças para a lida. As coisas eram muito difíceis para a nossa família. Passamos por momentos de privações materiais, muitas vezes sem comida para as três principais refeições. O “*chibel*” — feito com farinha, água e sal, e muitas vezes pimenta — era nossa refeição contínua. Minha avó gostava de um café bem amargo e estava sempre fumando um cachimbo.

Problemas de saúde eram resolvidos com chás, rezas de benzedeiras e fé em Deus. Nossos médicos eram os mais velhos, que, com a experiência, encontravam soluções para os problemas que surgiam. Tudo era muito difícil, especialmente se comparado às possibilidades que tenho agora. Nesse tempo, existia uma escola por perto que eu lembro vagamente de frequentar para aprender a soletrar o ABC. Lembro-me da palmatória, que me dava muito medo. Havia uma, para a penalidade máxima, que tinha um furo bem no meio, aquela batida no meio da mão e doía demais. Não recorro de ter aprendido muita coisa lá, mas sei que a qualquer deslize o castigo vinha. Não sei dizer se era mais doloroso e vergonhoso não saber soletrar ou o inchaço e a vermelhidão que ficavam na mão depois da batida.

Depois que meus pais se separaram, meu pai não nos procurou. Então, um dia, meu irmão e eu resolvemos visitá-lo e ficamos por lá, porque pensamos que seria melhor do que na roça. Que ledor engano! Não foi o que aconteceu. No ano em que morei com meu pai, não estudei. Depois de um ano, minha mãe foi nos buscar para morar com ela e meu padrasto, em uma parte do interior que ficava bem distante da casa de nossos avós.

Foi nesse tempo que minha mãe me ensinou a ler. Ela havia estudado até o sexto ano do ensino fundamental (antiga quinta série) e foi a única de seus irmãos a frequentar a escola, já que meu avô não permitia que os filhos estudassem. Meu pai, por outro lado, era analfabeto. Recordo-me da pedagogia que minha mãe usava: *a pedagogia do cipó*. Sim, ela me batia diversas vezes como castigo se eu não desse a lição corretamente, e foi assim que aprendi a ler. Minha mãe, com essa pouca formação, foi professora por um tempo para algumas crianças do interior (Montes Altos/MA), em uma tapera velha e abandonada, coberta de palha, onde as paredes caíam aos pedaços.

Nós fomos morar em um “barraco”, como as pessoas o chamavam. Era coberto de palha e, a princípio, sem paredes ao redor, localizado no meio da roça que plantávamos. Nessa nova estadia, fomos matriculados na única escola da região, que ficava muito distante de onde morávamos. Todos os dias, às 5h da manhã, já estávamos de pé. Acendíamos o fogo na trempe (três pedras para apoiar panelas) e fazíamos um café preto com um punhado de farinha ou o que restava do arroz do jantar anterior. Em seguida, era hora de ir para a roça. Roçar, capinar com cutelo⁵, plantar e colher, tudo fazíamos. A posição do sol nos dizia, com naturalidade, a hora do relógio, e era o momento de buscar um “carote” de água na fonte para fazer a comida e ir para a escola.

Eu e meu irmão íamos a pé, sozinhos, e a maratona era grande. Passávamos por várias cercas de arame farpado, atravessávamos uma primeira grota e um capinzal tão alto que, de longe, só se via o capim se movimentando, o que dava uma coceira insuportável. Subíamos um morro, atravessávamos uma mata um pouco fechada, passávamos pela casa de uma família e descíamos outro morro menor, passávamos por outra grota e, depois de mais cercas, finalmente chegávamos à escola.

A escola ficava no quintal da casa de uma família conhecida na região, a família de meu padrasto. Não preciso dizer como chegávamos lá, acredito que após toda essa maratona, nossa concentração não era das melhores. Chegávamos, às vezes, já atrasados. O professor, não consigo precisar qual era sua formação, foi morar ali para nos ensinar. A escola, coberta de palha e com apenas metade das paredes de taipa, tinha o chão de barro, que levantava uma poeira insuportável se não fosse molhado. Para beber, havia um pote em uma “bilheira” no canto daquele pequeno cubículo escolar.

⁵ Facão meio achatado que permite cortar o mato com mais facilidade.

Naquela escola, havia apenas um professor, que ensinava alunos de diferentes idades e séries. Ele era responsável por todas as matérias. Hoje, enquanto escrevo, me pergunto como isso funcionava, pois já não me lembro bem dos detalhes. Não sei se aprendi muita coisa ali, mas recordo que o professor dizia que eu era uma boa aluna, e isso me animava bastante. Na hora do recreio, a gente mal tinha o que comer. Poucas vezes havia bolacha ou alguma outra coisa.

Na maioria das vezes, comíamos o pó de achocolatado da mísera cesta de merenda escolar e bebíamos água. Para nós, estava tudo bem; podíamos seguir a aula, que não podia terminar muito tarde, já que a maratona de volta exigia luz. Precisávamos “meter o pé” para não passar pela mata no escuro. De volta para casa, ainda tínhamos que ir à fonte buscar água e fazer tudo que fosse possível antes de escurecer, pois o óleo da lamparina nem sempre durava. A tarefa da escola também tinha que ser feita no curto espaço de tempo que restava com a luz do pouco óleo que tínhamos.

Depois desse tempo na roça, fomos morar na cidade de Montes Altos. É difícil precisar datas e minha idade, não me recordo. Nesse período, fui matriculada na escola Santa Isabel, que ficava perto de casa e era mais fácil de chegar. Eu estudava pela manhã e, naquela época, nunca tinha café da manhã antes de sair. Chegava à escola rezando para chegar a hora do lanche, que era sempre tão bom.

A pobreza era sempre companheira. Lembro-me muito bem das inúmeras vezes em que o uniforme escolar era exigido, mas minha mãe nunca pôde comprá-lo. Em todo início de semestre, eu era barrada no portão. Minha mãe precisava ir à diretoria e explicar que não tínhamos dinheiro para a “farda”, e era verdade. Ela não tinha dinheiro sequer para comprar um chinelo decente para eu ir à escola; eu usava sempre a mesma Havaiana remendada com arame de caderno.

Meu caderno, falando nisso, era daqueles que a gente chamava de “cinquenta centavos”. Meu sonho era ter um caderno de matérias. Eu escrevia naquele minúsculo caderno e, quando as folhas acabavam, eu voltava a escrever no verso e em cada pedacinho em branco. Eu era uma garimpeira na minha própria miséria, aproveitando sempre os pedacinhos de lápis que encontrava no cesto de lixo da escola, aqueles que meus colegas descartavam. Aquilo era toda a minha riqueza e tudo o que eu precisava.

Há algo, porém, muito bom que carrego na bagagem da minha história: os elogios dos meus professores. Eles sempre me diziam que eu era uma excelente aluna, mesmo quando eu mesma não achava. Isso, de certa forma, me dava ânimo e entusiasmo para seguir. Essa recordação é tão forte e significativa que me fez chorar enquanto a escrevia.

Mudei de escola, trabalhava como doméstica em meio período e estudava no outro. Fazia um grande esforço para nunca faltar a uma aula sequer e continuar firme. Eu não sabia bem o que queria, pensar no ensino médio já era milagre e quanto a universidade, isso nem passava pela cabeça de quem estava morando naquele lugar e vivendo nas condições em que estava, mas tinha certeza de que parar de estudar não estava nos meus planos.

Depois, nos mudamos de Montes Altos para o Bananal, em Governador Edison Lobão (hoje Riberãozinho-Ma). Cursei o Ensino Fundamental na escola Santa Rita. Lembro-me de ter estudado na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno. Após esse tempo, passei a estudar durante o dia. Recordo-me da fila que tínhamos que fazer no pátio para cantar os hinos nacional, da independência e municipal. Em sala de aula, eu procurava sempre aprender e entender bem o que o professor explicava. Adorava Matemática e tinha certeza de que, se fosse para uma universidade, cursaria Exatas. Mas, como o coração tem seus próprios planos, ele veio morar nas Humanas.

Mudei de escola para cursar o Ensino Médio, e sinto que fui bastante prejudicada nessa nova etapa, pois faltavam muitos professores na grade curricular. O professor de Biologia era uma dificuldade, o de Física era inimaginável e, por aí vai. Eu trabalhava o dia todo como doméstica e estudava à noite, e com muito esforço, consegui terminar o Ensino Médio. Depois que concluí, continuei trabalhando e não encontrei condições para tentar ingressar na universidade. Depois de casada, comecei a tentar vestibular e, após iniciar um curso em uma faculdade particular, consegui uma vaga na Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão. Sou a primeira da família a entrar no ensino superior, e isso me enche de felicidade.

Desde menina, o cuidado foi plantado em mim como parte da vida. Ajudar a cuidar dos irmãos, preparar o mingau do caçula, limpar a casa antes da mãe voltar da feira. Não era um trabalho, era “obrigação de filha”. Cresci ouvindo que mulher que presta é aquela que sabe cuidar. Mas ninguém dizia quem cuidaria de nós.

Minha mãe era dessas mulheres que cuidava de todo mundo. Trabalhava na escola rural e ainda trabalhava na lida da roça. Foi com ela que aprendi a preparar comida para muita gente com quase nada. Ajudar não era escolha, era parte do cotidiano. Mas o que mais me marcou foi ver como ela se desdobrava: mãe solo que nesse momento da vida se juntou a um novo companheiro, mulher preta, trabalhadora, com pouco estudo, mas cheia de dignidade. Nunca vi minha mãe chorar, talvez por medo de que a gente desmoronasse com ela.

Quando comecei a estudar fora, a mesma lógica do cuidado me acompanhou. Em casa de parente, eu lavava, cozinhava, cuidava também da minha vó. Tudo isso pra não “pesar”. O medo de ser vista como “encosto” era tão grande que eu me antecipava em tudo. Quando cheguei na universidade, ainda levava esse medo no corpo. Ainda me vejo me voluntariado demais, com preocupações e cuidado aos outros, mais do que a mim mesma, sempre que possível evito conflitos. Era como se eu precisasse pagar, sempre, pelo direito de estar onde estava. Depois, entendi que esse modo de cuidar, quando imposto, nos adoece, porque ensinaram pra nós que cuidar era natural. Mas não é, cuidar é trabalho, que gera desgaste físico e emocional. E o mundo inteiro se organiza em cima do cuidado das mulheres como se isso fosse um dom gratuito, nós somos as que seguram o mundo, no entanto, ninguém segura a gente. Chegar à universidade foi como entrar numa casa que não me esperava. Cada passo no campus parecia um erro de percurso.

No início tive que trabalhar fora de casa durante o dia, cuidar do meu pai doente, cuidar de casa, cuidar do esposo e estudar durante a noite. Esse período foi bastante conturbado pelo fato de ter que dar conta de muitas responsabilidades e por isso minha participação nas atividades acadêmicas não acontecia, eu era aquela aluna de ir para as aulas somente, além de não ter consciência daquele espaço porque me era algo estranho ou extraordinário e também porque não me restava tempo para explorar o espaço e as atividades.

Engravidar do meu primeiro filho e tive que trancar o curso pois não consegui dar conta de toda a dinâmica que me era exigida, eu não estava conseguindo conciliar o cuidados com todos e com o universo acadêmico, era complicado demais e eu tive que trancar pela primeira vez. Nesse período meu pai estava demandando muito de mim e pelo período delicado da gravidez, minha mãe me ofereceu ajuda para levar meu pai até a cidade dela e cuidar dele enquanto esse período passasse. Detalhe curioso é que meus pais eram separados

desde que eu tinha 6 anos de idade e minha mãe fez todo esse sacrifício para me ajudar, para que eu não viesse a adoecer devido tantos esforços físicos e mentais.

Depois que meu bebê já estava mais crescendo, voltei para a sala de aula, tinha que ficar contando o tempo para amamentar, contava como rede de apoio apenas meu companheiro e tiveram dias em que tive que levá-lo comigo. Estudar depois que nos tornamos mãe é bem mais exigente e fui cumprindo esse duro caminho até que chegou um ponto do caminho em que não consegui mais e traqunei o curso pela segunda vez. Quando retonei para a sala de aula parecia que aquele ambiente não era pra mim, eu não conseguia me adequar a nova realidade e quis desistir do curso e mesmo com todo o meu desânimo e cansaço eu continuei, não dava pra ser boa aluna, mas eu precisava estar lá de alguma forma.

Na tentativa se cursar as disciplinas eu engravidei pela segunda vez e desta vez minha mãe estava a beira da depressão e estafa por cuidar do meu pai dia e noite sozinha e então resolvemos que ela moraria comigo e eu dividiria os cuidados com meu pai que acamado, não enxergava mais e nem conseguia andar, mal conseguia ficar de pé por alguns segundos. Com meus pais morando comigo eu tinha que cuidar de uma criança pequena, grávida e cuidar do meu pai acamado e que demandava muito esforço e cuidados, era alimentação, medicação, trocas de fraldas, banho e a dificuldade de dormir a noite. Foi nesse contexto que tive que trancar meu curso pela terceira vez.

Tive meu segundo filho e cuidei do meu pai e às vezes também da minha mãe e por ter que me dividir em várias ao mesmo tempo “Poly” eu fui deixando o curso de graduação pra depois, tudo era muito urgente e eu não estava conseguindo conciliar, emagreci 14 quilos e nem se quer conseguia dormir e me alimentar nessa época, não dava tempo, pois eu tinha um bebê o aliemntava através da amamentação exclusiva, tinha outra criança que me cobrava cuidados e meu pai acamado em que era necessário que eu trocasse suas fraldas. Meu pai por não está totalmente consciente assumia um comportamento agressivo na maioria das vezes e gritava muito o que tornava a casa um ambiente impossível para estudar e descansar. Apesar de todo esse contexto doméstico, eu resolvi voltar para as aulas quando meu filho deixou de ter amamentação exclusiva e começou a introdução alimentar.

Chegar na universidade depois da maratona do dia era como um milagre. A dificuldade de chegar na escola quando morava na roça parecia se transformar em outro monstro e de igual modo tentava me afastar daquilo que eu já havia lutado tanto pra

conseguir. E mesmo quando eu não consegui tempo para me alimentar bem e nem para descansar eu teimei e suei muito porque eu não tinha mais tempo e nesse momento me deparo com a pandemia e tudo foi cessado e eu fui outra vez interrompida. As aulas retornaram online e foi a possibilidade de poder fazer disciplinas até fora de Imperatriz. Minha casa não era ambiente para estudar online e muitas vezes assisti aula amamentando meu filho ou dando comida pra ele. E mesmo quando as aulas retornaram na forma presencial eu continuei e mesmo meu companheiro dizendo que eu deveria “largar isso de mão”, continuei firme.

Mesmo contra toda esperança eu consegui concluir todas as etapas da graduação (praticamente 9 anos depois do início) e com a colação de grau marcada fiz o processo seletivo para o mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão, passei. Desde que comecei esse processo de resistência educacional tenho passado por esse momentos desafiadores e extremamente desafiadores, nunca foi fácil e tiveram dias extremamente difíceis. Hoje sou estudante de doutorado e as dificuldades persistem. Sai do Maranhão para estudar em Belém do Pará, tenho que ficar distante dos meus filhos e da minha casa, das pessoas do meu convívio e agora mesmo enquanto termino esse relato estou me recuperando de uma enfermidade que me levou ao hospital e depois a consultórios médicos desta cidade e ficar doente longe de casa, longe dos filhos e tendo que estudar, correr atrás de casa pra morar, e toda logística de um lugar que você não conhece, é muito difícil.

Durante a última semana de agosto e primeira semana de setembro/2025 eu senti muita vontade de desistir, de ir embora desse lugar, eu queria minha família e queria me sentir segura, queria e precisava de cuidados. Eu não tinha mais dinheiro para remédios, comida e me locomover e muitas vezes me perguntei “o que diabos estou fazendo aqui?”, “pra quê isso?”, cheguei a chorar em sala de aula, eu chorei tanto que nem o Rio Guamá tinha tanta água, eu chorei e tenho sofrido muito para não desistir do doutorado, porque as condições nunca são a favor de quem é mulher e pobre e que tem que se desdobrar para dar conta de tudo e eu não estou conseguindo dar conta de nada e sigo dando conta de muita coisa e eu só queria poder ter o direito de estudar sem ter que me preocupar com tanto, mas não dá, e sigo tentando sem saber até quando vou conseguir tentar.

Considerações finais

Carregamos em nossos corpos as marcas do que nos foi passado, não como destino, mas como uma herança crítica. Somos fruto da resistência cotidiana dessas mulheres que nunca foram vistas como heroínas, mas que seguraram o mundo nas costas enquanto cozinhavam, ensinavam sem salário e criavam os filhos sozinhas. Como define Conceição Evaristo (2008), a escrevivência é a escrita do corpo-próprio, uma forma de tornar visível a experiência da mulher negra que não foi registrada pela história oficial. É a escrita que não vem da caneta da mão, mas do “corpo em movimento”, da memória e da vivência, porque suas lutas silenciosas merecem palavras. O que recebemos como peso, transformamos em palavra; e o que herdamos como dor, decidimos transformar em luta.

Nossos corpos são, desde sempre, territórios que resistem. A violência não se manifesta apenas em agressões físicas, mas de forma invisível, no racismo que se entranha em nossa subjetividade. Nossos corpos foram tornados, na lógica colonial, em objetos úteis, mas descartáveis, uma manifestação do “corpo colonial” de Frantz Fanon (1961), marcado e desumanizado pela estrutura de poder. A militante Raíssa, na análise de Laura Cecilia López (2015), questiona essa invisibilidade quando seu corpo grávido é negado; o racismo opera ao negar a própria existência do corpo negro como sujeito. Nossa herança, portanto, não é apenas de dor, mas de uma resistência que se escreve em nossos corpos.

A educação nunca foi neutra para nós. Estudar, desde cedo, foi um gesto de desafio. Quando carregávamos os cadernos velhos, escrevíamos no verso das folhas, ou decorávamos fórmulas sem saber para quê, já estávamos resistindo. Como aponta Frantz Fanon (1961), a educação colonial não nos esperava; ela era feita para outros corpos. Mas nós a invadimos com nossos chinelos, nossos cabelos trançados e nossos sonhos grandes demais para o lugar de onde viemos, subvertendo a lógica que nos queria na margem.

Vimos de infâncias em que a escola era distante, no espaço e no afeto. Vimos, no entanto, de mães que, mesmo sem saber ler e escrever, conheciam a importância do estudo. Elas enfrentavam a vida com coragem e diziam: “vai, minha filha, vai ver o mundo”. E nós fomos. À nossa maneira, no nosso tempo, com nossos corpos feridos e olhos atentos. Aprendemos a ler não só as palavras, mas também o mundo. E agora escrevemos, não para agradecer à escola, mas para transformá-la. Para dizer, como nos ensina Paulo Freire (1970),

que o saber também reside no corpo da mulher negra da roça, da periferia, da beira do rio. Nossos cadernos agora têm páginas demais para caberem apenas nas margens.

Nossas trajetórias aqui narradas não se limitam a histórias individuais, mas se manifestam como a prova concreta e dolorosa da persistência da colonialidade do poder, do saber e do ser, que estrutura a sociedade brasileira, conforme analisado por Aníbal Quijano (2000). Nossas vivências no trabalho precário, no cuidado não remunerado e no racismo são a expressão viva de uma interseccionalidade de opressões que marginaliza corpos e saberes de mulheres negras.

O trabalho de cuidado, central em nossas narrativas, evidencia a invisibilidade desse labor. Pela experiência de nossas famílias, entendemos que esse trabalho, embora explorado, é também uma forma de resistência cultural e de afirmação identitária, como nos mostra Lélia Gonzalez (1988). Para nós, a violência cotidiana, tanto a doméstica quanto a institucional, não pode ser compreendida apenas como uma questão familiar ou individual, mas como uma expressão estrutural de um sistema de racismo e machismo que opera na reprodução de desigualdades, conforme analisado por bell hooks (2003).

Contar nossas histórias neste ensaio é um gesto de insubordinação epistêmica e afetiva. Rompemos com o silêncio imposto às mulheres negras do Norte do Brasil, cujas vozes são constantemente abafadas, ignoradas ou fetichizadas. Como afirma Lélia Gonzalez (1988), a violência do racismo opera não apenas pela exclusão física e institucional, mas também pela desqualificação simbólica das culturas e saberes de origem africana. Ao escrevermos nossas escrevivências, recusamos o lugar de objeto de pesquisa e nos colocamos como sujeitas pensantes, produtoras de conhecimento legítimo, nascido do chão, do corpo, da cicatriz e da luta cotidiana.

O cuidado, para nós, não veio como escolha, mas como condição. Cuidamos porque era isso ou a rua. Aprendemos cedo que o afeto, quando existe, é secundário. O principal é a função: a casa limpa, a comida feita, a criança calma, o corpo disponível. Em todas as casas por onde passamos, éramos ao mesmo tempo necessárias e descartáveis, uma manifestação da violência invisível descrita por Sueli Carneiro (2003), que atinge a imagem, o afeto e o acesso a direitos. Nunca fomos da família, nem funcionárias com direitos. Éramos “amigas”, “mãos direitas”, “secretárias”. Rótulos criados, como define Sueli Carneiro (2003), para não nos reconhecer como sujeitas, mas como “objetos” ou “meios”. Cuidávamos dos filhos dos outros,

das casas dos outros, dos corpos dos outros. E os nossos? Nossos corpos sangravam sozinhos, choravam sozinhos, pariam sozinhos, resistiam sozinhos.

Ao escrever nossas histórias, fazemos uma escolha política: cuidar de nós mesmas. Se o mundo não nos cuida, nós cuidamos uma da outra. Com a palavra, a escuta, a escrita e a memória, denunciemos: quem cuida de quem cuida? Nossos corpos não são recursos inesgotáveis. São territórios que resistem. Escrever sobre o cuidado é também um modo de reverter a lógica da exploração e da colonialidade do ser de Aníbal Quijano (2000), que desumaniza e explora corpos e saberes não-ocidentais. Agora, a partir de nós, o cuidado também será uma escolha, e quando for uma escolha, será liberdade.

Para nós, a educação foi tanto uma estratégia de mobilidade quanto de resistência. bell hooks (2013) nos ensina que a sala de aula pode ser um “local de liberdade”, desde que se torne um espaço de escuta, diálogo e ruptura com a lógica autoritária do saber branco, masculino e eurocentrado. Nossa permanência na universidade foi marcada por violência simbólica, institucional e, muitas vezes, física. Ainda assim, resistimos. Fizemos da escrita um território de afirmação, das experiências um lugar de análise e da memória um instrumento de denúncia. Nossa formação se deu entre painéis, filhos, varais e salas de aula. E é desse cruzamento que nasce nossa autoridade para falar.

Franz Fanon (2008) já alertava que o colonialismo imprime no corpo negro a marca do sofrimento e da negação. Nossos corpos, ao longo deste ensaio, mostram exatamente isso: o quanto o racismo, o patriarcado e a desigualdade de classe continuam organizando a forma como vivemos, cuidamos, parimos e aprendemos. Mas, como afirma Abdias do Nascimento (2016), a cultura negra é, apesar de tudo, reexistência. Ela se reinventa nas margens, nos cantos, nas “gambiaras da vida”. Foi por meio dela que sobrevivemos. Kilomba (2019), por sua vez, nos lembra que narrar é também um ato de cura. Ela questiona: “quem pode falar?”. E mais do que falar, quem pode escrever, publicar, ser lido e ser levado a sério? Quando escrevemos nossas experiências em primeira pessoa, desafiamos as estruturas do epistemicídio e dizemos: sim, nós podemos falar. E mais: queremos ser ouvidas.

A universidade não foi construída para corpos como os nossos, não fomos esperadas. Quando chegamos, nos empurraram para as margens, para os cantos da sala, para os silêncios, esperando que ocupássemos apenas esse tipo de espaço. Mas nós resistimos. Com bicicletas, filhos, tranças, mochilas pesadas e olhares firmes. Nos corredores frios, fomos abrindo espaço

com o calor de nossas histórias. Nas salas, ocupamos as cadeiras e também os debates. Transformamos nossas dores em dados, nossas vivências em teoria, e nossa escrevivência em epistemologia. Não chegamos para agradecer; chegamos para ficar, para transformar. Como nos ensina Lélia Gonzalez (1988), a mulher negra tem sua própria “América Latina” dentro de si, com uma cultura e um saber que foram apagados, mas que resistem. Ao levar nossas vivências para a academia, confrontamos o mito da “democracia racial” e afirmamos a centralidade da experiência negra como uma forma de conhecimento.

Sabemos que nossa presença ainda incomoda, que muitas vezes somos vistas como exceções. Mas recusamos esse lugar. Não somos exceções. Somos parte de uma geração de mulheres negras que vêm furando a bolha, “comendo pelas beiradas” e rompendo os silêncios. Se a universidade um dia se tornar realmente democrática, será porque fizemos esse caminho com nossos próprios pés, sangrando, mas caminhando.

Este texto é um ponto de chegada, mas também de partida. Chegamos porque organizamos nossas memórias em um fio de palavra que nos honra. Partimos porque sabemos que muitas outras mulheres negras, mães, estudantes, trabalhadoras e cuidadoras ainda estão em silêncio, que este ensaio sirva como um convite à escuta, à partilha e à ação. Como dizia Guerreiro Ramos (1981), é preciso fundar um pensamento radicalmente comprometido com a nossa realidade, sem importar modelos estrangeiros e alheios à experiência do povo negro. O que apresentamos aqui não é exceção; é a regra. E por isso, precisa ser ouvida, lida e levada a sério — não como algo comovente, mas como ciência, como política e como um legado.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 863-875, dez. 2003.
- EVARISTO, Conceição. Escrevivência: a escrita de nós. In: **Cadernos Negros 31**. São Paulo: Quilombhoje, 2008.
- EVARISTO, Conceição. **Escrevivências e outros ensaios**. São Paulo: Pallas, 2020.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Enilce Guedes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira, Stephanie Borges e outros. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora... **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 301-330, jan./jun. 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

RAMOS, Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1981.